



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Herveiras  
Poder Executivo

---

**PROJETO DE LEI Nº 002/E/23, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023.**

**Autoriza o Poder Executivo contratar 04 (quatro) Serventes de Escola, em caráter emergencial, e dá outras providências.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar contratação temporária, de excepcional interesse público e em caráter emergencial, de 04 (quatro) Serventes de Escola, para suprir a falta desses profissionais.

**Art. 2º** O contrato previsto no artigo anterior terá vigência a contar da promulgação da presente Lei até 27 de dezembro de 2023.

**Parágrafo Único.** O contrato firmado com base na presente Lei poderá ser rescindido antes do término do prazo de sua vigência, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

**Art. 3º** O regime de trabalho, para a contratação emergencial, será de 40 (quarenta) horas semanais, e as atribuições da função de acordo com o anexo único, que é parte integrante da presente Lei.

**Art. 4º** O salário a ser pago no período é o fixado para o padrão 1, classe A, correspondendo a R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais) mensais, acrescido de 20% (vinte por cento) a título de insalubridade, que incidirá sobre o valor do menor padrão de vencimentos do quadro de servidores do Município.

**Art. 5º** O contrato de que trata a presente Lei será de natureza administrativa, ficando assegurados ao contratado os direitos previstos no artigo 196, da Lei Complementar nº 001, de 19 de novembro de 2001 – Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 02 de fevereiro de 2023.

**Nazario Rubi Kuentzer**  
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Herveiras  
Poder Executivo

---

**PROJETO DE LEI Nº 002/E/23, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023.**

**ANEXO ÚNICO**

**Categoria Funcional:** SERVENTE DE ESCOLA

**Padrão de Vencimento:** 1 (um)

**Atribuições:**

**a) Descrição Sintética** (Síntese dos deveres): Efetuar a limpeza em escolas do município.

**b) Descrição Analítica** (Exemplos de atribuições):

- efetuar a limpeza nas salas de aula;
- encerar o assoalho;
- lavar vidros e janelas;
- fazer café e servi-lo;
- varrer o pátio da escola;
- fechar portas e janelas e vias de acesso;
- recolher cadernos e livros esquecidos pelos alunos, para serem devolvidos pela professora;
- anotar e transmitir recados;
- ajudar na distribuição da merenda escolar;
- fazer a merenda escolar e servi-la;
- executar tarefas afins.

**Condições de Trabalho:**

**a) Geral :** carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

**Requisitos para o Provimento:**

**a) Idade :** mínima de 18 anos;

**b) Instrução :** 2ª série do Ensino Fundamental.



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Herveiras  
Poder Executivo

---

**PROJETO DE LEI Nº 002/E/23, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023.**

**Justificativa**

**Senhor Presidente,**

**Senhores Vereadores,**

Anexo, encaminho para apreciação dos Nobres Vereadores, o **Projeto de Lei Nº 002/E/23**, que autoriza o Poder Executivo contratar 04 (quatro) Serventes de Escola, em caráter emergencial, e dá outras providências.

Tendo em vista o desligamento de (02) duas serventes de escola em virtude de terem se aposentado bem como o oferecimento por parte do município de aulas em turno integral para alunos do 1º ao 5º ano faz-se necessária a contratação de 04 (quatro) Serventes de Escola, para suprir a falta desses profissionais, sendo 02 (duas) EMEI Gente Miúda na sede do município, 01 (uma) na EMEF Maurício Cardoso, em Linha Pinhal e 01 (uma) na EMEF General Osorio em Linha Herval São Joao, a fim de viabilizar o atendimento da demanda com limpeza e preparo das refeições.

Cabe informar que, para possibilitar a presente contratação emergencial, foi realizado Processo Seletivo Simplificado, atendendo a determinação constante em Resolução do TCE/RS.

O presente projeto de lei segue acompanhado de estimativa de impacto orçamentário - financeiro, demonstrando a projeção dos gastos com pessoal, resultantes das contratações ora propostas, estando assim em conformidade com art. 16 da Lei Complementar 101/2000.

Por fim, cabe informar que para dar atendimento ao disposto no inciso IV do art 7º da Constituição Federal, o Município paga uma complementação ao valor mensal recebido por esses profissionais, assegurando que o vencimento não fique abaixo do valor do salário mínimo nacional, conforme previsto no referido dispositivo legal.

Conto com o apoio dos Nobres Vereadores para apreciarem e aprovarem o presente Projeto de Lei em regime de urgência urgentíssima.

**Nazario Rubi Kuentzer**  
Prefeito Municipal